

Protestos mostraram que 'valeu a pena' lutar por democracia, afirma Dilma

Um dia após os protestos contra o governo em várias cidades do país, a presidente Dilma Rousseff se emocionou ao falar do assunto durante cerimônia de sanção do novo texto do Código de Processo Civil, no Palácio do Planalto, em Brasília.

Com a voz embargada, a presidente, ex-presa política durante a ditadura militar, disse que "valeu a pena" lutar por liberdade e democracia.

"Ontem, quando eu vi centenas e milhares de cidadãos se manifestando, não pude deixar de pensar que valeu a pena lutar pela liberdade, valeu a pena lutar pela democracia. Este país está mais forte que nunca", declarou.

Segundo a presidente, o fortalecimento das instituições democráticas no Brasil torna o país "cada vez mais impermeável ao golpismo e ao retrocesso".

A corrupção não nasceu hoje. Ela é uma senhora bastante idosa neste país e não poupa ninguém. Ela pode estar em qualquer área, inclusive no setor privado."

"Um país amparado na separação, independência e harmonia dos poderes, na democracia representativa, na livre manifestação popular nas ruas e nas unhas se torna cada vez mais impermeável ao preconceito, à intolerância, à violência, ao golpismo e ao retrocesso", afirmou.

Segundo a presidente, "nas democracias, nós respeitamos as urnas, respeitamos as ruas", afirmou. Ela reiterou que governo sempre irá "dialogar" com as manifestações das ruas e, como dois ministros haviam antecipado no domingo, anunciou que pretende enviar ao Congresso medidas de combate à corrupção.

"É assim a nação que todos nós queremos fortalecer. (...) Eu tenho certeza de que o que nós queremos é um lugar em que todos possam exercer os seus direitos pacificamente sem ameaça às liberdades civis e políticas", acrescentou.

A cerimônia contou com as presenças do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux e do ex-presidente da República José Sarney. Mais cedo, a presidente já havia se reunido com o seu conselho político, formado pelo vice-presidente da República Michel Temer e nove ministros, para avaliar o impacto das manifestações.

Corrupção

Em entrevista após o evento (veja no vídeo acima), Dilma foi indagada sobre declaração do presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) de que a corrupção está no Executivo, não no Legislativo.

Segundo Dilma, a corrupção "é uma senhora idosa no Brasil" e não há segmento "acima de qualquer suspeita".

"Acho que essa discussão não leva a nada. A corrupção não nasceu hoje. Ela não só é uma senhora bastante idosa nesse país, como ela não poupa ninguém. Ela não poupa, pode estar em tudo quanto é área, inclusive, no setor privado.

É possível que a gente possa ter cometido algum [erro de dosagem]. Agora, nós queríamos uma melhoria de emprego e renda. Tem gente que acha que a gente devia ter deixado algumas empresas quebrarem e alguns trabalhadores desempregados. Eu tendo a achar que isso era um custo muito grande para o país."

Tesoureiro do PT

Dilma negou que a denúncia do Ministério Público Federal contra o tesoureiro do PT João Vaccari Neto e contra o ex-diretor Renato Duque possa provocar impacto na imagem do governo.

"Se vocês estão perguntando se o governo sou eu, eu asseguro que não. Se vocês estão se referindo ao governo como sendo eu, jamais em tempo algum", declarou.

Segundo ela, a denúncia contra Vaccari só mostra que não houve interferência do governo nas investigações das irregularidades na Petrobras.

"Eu não acredito [que haverá impacto] porque eu acho que esses acontecimentos mostram que todas as teorias de como é que o governo interferiu sobre o Ministério Público Federal, sobre quem quer que seja, para investigar, são absolutamente infundadas. Tanto é assim que isso acontece", disse. E continuou: "Se querem investigar, vamos investigar. Quem for responsável pagará pelo que fez".

Erros

A presidente foi indagada sobre se admitia ter cometido erro de dosagem na condução da economia, ao fazer desoneração tributária de empresas de alguns setores da economia.

"É possível que a gente possa ter cometido algum [erro de dosagem]. Nós gostaríamos muito que houvesse uma melhoria econômica de emprego e de renda. Tem gente que acha que a gente devia ter deixado algumas empresas quebrarem e muitos trabalhadores se desempregarem. Eu tendo a achar que isso era um custo muito grande para o país. Agora, que é possível discutir se podia ser um pouco mais ou um pouco menos, é possível discutir. Agora, isto não explica porque estamos nessa situação. O que explica o porquê é um fato constatado: a economia não reagiu. Ninguém pode negar que nós fizemos de tudo para a economia reagir. Podem falar o seguinte: 'então era melhor deixar quebrar'. Eu não acredito nisso", respondeu.

Para Dilma, "em qualquer atividade humana, se comete erros". "O que não posso concordar é em aceitar ser responsabilizada por algo que seria pior se nós tivéssemos deixado. Nós seguramos, se for olhar, comparando a gente com o resto do mundo. Nós seguramos os 20 milhões e pouco a mais de empregos do que seguramos.", declarou.

Durante a entrevista, a presidente admitiu erro ao responder sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Segundo ela, o governo "errou" ao permitir que o Fies deixasse todo o serviço de matrículas a cargo das instituições particulares de ensino superior. "Cometemos um erro no Fies ao deixar as matrículas a cargo das instituições particulares. Voltamos atrás e estamos corrigindo o problema. Agora, o governo vai disponibilizar as matrículas", declarou.

Diálogo

A presidente reiterou que o governo tem de ser "humilde" e tem obrigação de abrir o diálogo com todos os setores, mas manter, ao mesmo tempo, uma postura firme. Para a presidente, unanimidade só existe em um regime. "E vocês sabem qual é", disse.

Eu procurarei diálogo com seja quem for. [...] Abertura para o diálogo é o seguinte: nós estamos dispostos a dialogar com quem quer que seja, numa atitude de humildade, ou seja, querendo escutar o que a pessoa diz."

"Eu procurarei diálogo com seja quem for. [...] Abertura para o diálogo é o seguinte: nós estamos dispostos a dialogar com quem quer que seja, numa atitude de humildade, ou seja, querendo escutar o que a pessoa diz", disse. "Agora, vamos ser firmes. Não vou deixar de dizer pra todo mundo o que queremos fazer. Você dialoga, mas você não abre mão daquilo que você acredita que vai contribuir", declarou.

Ela também cobrou "responsabilidade" em relação às instituições. "Não quero consenso. Eu acho que você tem de aceitar que as vozes são diferentes, em um país complexo como esse, mas tem de haver responsabilidade quando se trata de instituição. Isso vale para todas as instituições. Vale para o Congresso, tratar o Congresso com responsabilidade; vale para o Executivo; vale para o Judiciário; vale para outras instituições como é caso do Ministério Público", disse.

Ajuste fiscal

Ela defendeu a necessidade de implantar medidas de ajuste fiscal para recuperar a economia, mas afirmou que o país não tem chance de "quebrar".

"O país não quebra quando lá fora as coisas ficam mais voláteis como estão estão agora, porque nós continuamos tendo uma quantidade expressiva de reservas", disse. "O Brasil tem todas as condições de sair [da crise] em menos tempo do que em qualquer outra circunstância."

Segundo a presidente, o objetivo das medidas de ajuste fiscal é "impedir que a crise crie um problema social gigantesco".

Ela fez ainda um apelo para que as medidas sejam aprovadas no Congresso. "Vamos brigar depois. Agora, vamos fazer para o bem do Brasil tudo aquilo que tem de ser feito", afirmou.

PMDB

Indagada sobre a suposta tentativa de isolar o PMDB no Congresso, Dilma negou que isso tivesse acontecido.

"Longe de nós querer isolar o PMDB, pelo contrário. O vice-presidente na minha chapa é o companheiro querido e, inclusive, extremamente solidário e leal, Michel Temer. Nós temos uma parceria com o PMDB, que integra, participa do governo", disse, acrescentando, porém, que a situação no Brasil demanda uma "construção de diálogo".

Novo código

Aprovado pelo Congresso em dezembro passado, o novo Código de Processo Civil (CPC) sancionado pela presidente Dilma Rousseff promete agilizar o andamento dos processos judiciais, trazer mais igualdade nas decisões em casos idênticos e aprimorar a cooperação entre as partes, juízes e advogados.

O CPC é uma lei que define como tramita um processo comum na Justiça, com prazos, tipos de recurso, competências e formas de tramitação. É diferente do Código Civil – atualizado em 2002 –, que define questões como guarda de filhos, divórcio, testamento, propriedade e dívidas. É também diferente do Código de Processo Penal – de 1941 –, voltado para o julgamento de crimes. O atual CPC estava em vigor havia 42 anos.

A presidente Dilma classificou a sanção do novo código como um “momento histórico” porque “democratiza ainda mais o acesso à Justiça” e se “identifica com as demandas do novo país”. “O espírito do novo código valoriza a conciliação a busca de entendimentos o esforço pelo consenso como forma de resolver pacificamente os litígios”, disse.